

ACORDO FORA DA LEI

Alexandre Botão
Da equipe do **Correio**

Ocoração tem alguns minúsculos nervos que, às vezes, em consequência de um mau funcionamento, alteram o ritmo cardíaco e podem até resultar em morte. Nesses casos, que atingem

em média 1% da população brasileira, é necessária uma operação que consiste basicamente na cauterização do nervo. A cirurgia dura entre três e quatro horas e tem o nome de eletrofisiologia cardíaca.

No Distrito Federal, o paciente da rede pública que precisar da eletrofisiologia é mandado para o Hospital Santa Lúcia porque nenhuma uni-

dade da Fundação Hospitalar está aparelhada para o tratamento. A pessoa, é claro, não paga nada, mas o Santa Lúcia recebe atualmente mais de R\$ 80 mil mensais pelos serviços de eletrofisiologia que presta aos usuários do sistema público. Pagamento feito pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal com dinheiro do Sistema Único de Saúde

(SUS), uma verba federal que é repassada aos estados.

O problema é que esse acordo entre hospital e Secretaria é irregular. Não só este. Todos os acordos da Secretaria com entidades privadas no Distrito Federal são irregulares.

O caso da eletrofisiologia cardíaca do Santa Lúcia é o primeiro de uma série de investigações que estão sen-

do encaminhadas pela Promotoria de Justiça da Defesa da Saúde (Prosus), recém-criada pelo Ministério Público do Distrito Federal.

O acordo é irregular, entre outras coisas, porque é *de boca* — não há um contrato administrativo firmado entre Santa Lúcia e Secretaria determinando a terceirização do serviço. Depois, porque não houve licitação,

que é obrigatória em contratações desse tipo.

“Entre as investigações que estão sendo feitas, esta é, por enquanto, a mais grave e mais complexa”, informou ao **Correio** o chefe de gabinete da Promotoria Geral de Justiça, Valdir da Silva Ferreira, promotor que está acompanhando de perto as ações da Prosus.